



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9185 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

Educação ambiental de base comunitária na experiência das mulheres da Baía de Guanabara, RJ

Carolina Alves Gomes de Oliveira - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Celso Sánchez - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE BASE COMUNITÁRIA NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DA BAÍA DE GUANABARA, RJ

Resumo

Esta pesquisa se debruça sobre a atuação das mulheres das classes populares em experiências de Educação Ambiental de base Comunitária. A partir do acompanhamento de um grupo de educadoras ambientais, que atuam junto a uma ONG na Baixada Fluminense, RJ, em uma realidade de injustiças ambientais; buscamos levantar os ensinamentos e práticas que vêm tecendo a partir de sua experiência comunitária e ambiental. Propomos como metodologia a Pesquisa Ação Pedagógica, inspirada na investigação temática freiriana, e na investigação ação participativa. Dentre os resultados, alguns temas elencados como fundamentais em sua experiência pedagógica foram: história de vida, movimentos populares, trabalho comunitário, saberes tradicionais, formação coletiva e educação ambiental no cotidiano. A experiência no trabalho comunitário aliada à formação coletiva vem possibilitando a reapropriação de saberes tradicionais e científicos para elaboração de práticas pedagógicas territorializadas e contextualizadas às realidades socioambientais locais.

Palavras-chave: educação ambiental de base comunitária, mulheres, Paulo Freire, ecofeminismo.

Introdução

Em meio à atual crise ambiental e civilizatória, pesquisas vêm demonstrando que o efeito da degradação ambiental recai de forma mais intensa sobre as mulheres e as crianças do Sul global (FREITAS, 2010; UNDRR, 2012; SILVA, 2010). Os impactos ambientais afetam primordialmente as atividades de subsistência, com a qual as mulheres se encontram social e

historicamente vinculadas; e as riquezas naturais comuns, das quais dependem sua sobrevivência e a de seus filhos (MERLINSK, 2017).

A denúncia destes processos vem sendo feita por uma série de movimentos sociais organizados por mulheres (SILIPRANDI, 2012; SVAMPA, 2015) e por perspectivas ecofeministas (MIES; SHIVA, 1993; MARTÍNEZ ALIER et. al., 2017) que se materializam, por exemplo, nas lutas contra o agronegócio e a privatização dos bens comuns e na defesa da soberania alimentar; trazendo, assim, a centralidade da vida para o debate ambiental. Apesar disso, nem sempre estes movimentos são reconhecidos, motivo pela qual a quebra da invisibilidade vivida pelas mulheres, particularmente no Sul global, por um lado, representa a possibilidade de denúncia das condições ambientais mais precárias do planeta; por outro, desvela a emergência de racionalidades e epistemologias alternativas, que questionam as raízes do sistema em que vivemos (MIES; SHIVA, 1993).

As educadoras com as quais dialogamos nesta pesquisa vivem em comunidades nos fundos da Baía de Guanabara, RJ, uma realidade de múltiplas injustiças. O encontro com este grupo surge do trabalho de educação ambiental comunitária que desempenham junto à ONG Água Doce – serviços populares, em Magé, RJ. Ao acompanhar o processo de formação e a prática destas educadoras, buscamos compreender a inserção das mulheres das classes populares nas experiências de Educação Ambiental de base Comunitária (EABC) e levantar os ensinamentos que vêm tecendo a partir de sua práxis cotidiana, comunitária e ambiental. Nossa hipótese é que o “que fazer” destas educadoras em seus territórios entra em diálogo com as experiências dos movimentos de mulheres e com os ecofeminismos e dão forma a dinâmicas pedagógicas alternativas, que podem contribuir para o campo da Educação Ambiental.

A EABC traz a proposta de pensar a educação ambiental em diálogo com a educação popular, baseando-se na ecologia de saberes e na construção coletiva do conhecimento. Sua ênfase se volta para os processos comunitários de defesa dos territórios e modos de vida locais, denúncia das injustiças ambientais e elaboração de dinâmicas pedagógicas alternativas e emancipatórias, inseridas na realidade concreta das comunidades (SARRIA et. al., 2018). Nessa trajetória, encontramos as mulheres das classes populares como protagonistas ainda mais antigas, uma vez que o trabalho comunitário sempre contou com a maior participação feminina (PEREYRA, 2013).

Metodologia

O trabalho das educadoras (nascidas e criadas nas comunidades) junto à ONG Água Doce já acontece há, pelo menos, 10 anos, onde vêm atuando em atividades como: apoio escolar, alfabetização de adultos, orientação ecológica, apoio às escolas locais, realização de oficinas comunitárias e participação nos conselhos ambientais. Nesse percurso, nos reunimos semanalmente em encontros de formação, de que participo como educadora externa.

Considerando minha inserção no campo, assim como o caráter coletivo de nossa formação em roda, tomamos como inspirações para elaboração de uma metodologia de pesquisa participativa e popular a Investigação Ação Participativa (IAP) (FALS BORDA, 2011) e a investigação temática freiriana (FREIRE, 1987).

Desta forma, desenvolvemos uma pesquisa de base qualitativa, que contou com observações de campo, rodas de conversa e entrevistas individuais com as educadoras.

Propomos como metodologia a “Pesquisa Ação Pedagógica”, que teve como ponto de partida a investigação temática, através da qual foram levantados os primeiros eixos temáticos provenientes da prática e da experiência das educadoras. Estes serviram de base para: o aprofundamento das discussões nas entrevistas individuais, os momentos de formação nas rodas de conversa e estudo e como direcionamento na elaboração de atividades pedagógicas destinadas à comunidade. Daí a possibilidade de diálogo entre pesquisa, formação e elaboração de práticas pedagógicas. No processo final de análise, o aprofundamento dos eixos temáticos deu origem a temas e subtemas validados pelas educadoras como importantes referências dentro de seu trabalho comunitário ambiental.

Ao todo, foram realizados 10 encontros nas rodas de conversa, que contaram com a participação de 7 educadoras. Nos dois encontros iniciais foram geradas tempestades de ideias, onde os primeiros temas foram sistematizados. Os encontros seguintes aconteceram logo após as “oficinas de ervas medicinais”, desenvolvidas pelo grupo ao longo do processo de pesquisa. As entrevistas individuais foram realizadas a partir de elementos da metodologia de “história de vida”, onde os temas levantados nas rodas de conversa serviram como direcionadores. As falas foram gravadas e o processo de elaboração das atividades pedagógicas foi registrado a partir do caderno de campo e de fotografias.

Resultados e análises

Ao longo da pesquisa, o tema “histórias de vida” assumiu múltiplas facetas, tanto como caminho metodológico de facilitação do diálogo e da autorreflexão nos processos de formação, quanto na contextualização temporal das relações socioambientais. As histórias de vida das mulheres negras e periféricas expõem pontos de vista, geralmente, invisibilizados, que traduzem relações sociais assimétricas produtoras das injustiças socioambientais (ACSELRAD et. al., 2009). Dessa forma, denunciam, em sua experiência e na relação com o território: o racismo, o sexismo, a exclusão social, a fome e a pobreza causadas pela expropriação e proibição do acesso às fontes básicas de subsistência.

Suas narrativas trouxeram para o diálogo com a EABC o tema dos “movimentos populares”, como as Comunidades Eclesiais de Base, as lutas por creches e a ação das agentes comunitárias de saúde, onde descobrimos juntas que a criatividade e o engajamento das mulheres contra a fome e por melhorias sociais foram e continuam sendo fontes de resistência. Fato que salienta o potencial pedagógico e emancipatório destes movimentos tanto para a educação popular quanto para EABC, na medida em que nos dão ferramentas para resignificar o papel atribuído socialmente às mulheres, não mais como vítimas inativas, mas como buscadoras de alternativas (MIES; SHIVA, 1993).

O envolvimento no “trabalho comunitário”, que faz parte da vida de muitas mulheres das classes populares, gera uma série de saberes da ordem do coletivo (PEREYRA, 2013). No caso das educadoras, a integração desses saberes na contextualização de práticas ambientais à realidade da comunidade parece refletir: sua experiência de vida, a experiência no trabalho comunitário, os conhecimentos tradicionais aprendidos e os aprendizados no grupo de estudos. Assim, no processo de elaboração de práticas pedagógicas comunitárias pelo grupo observamos o movimento de articulação entre o “saber de experiência feito” das mulheres e os saberes científicos contextualizados à realidade local. Prática que abre margem para o constante diálogo entre saberes.

As práticas pedagógicas ambientais desse grupo de educadoras, assim como a de

outros movimentos de mulheres (NASCIMENTO, 2008) valorizam saberes tradicionais populares, como aqueles ligados às ervas medicinais e às práticas de cura (outro eixo temático levantado pela pesquisa). Além de oferecer alternativas acessíveis e inclusivas aos mais pobres, diante da precariedade dos serviços básicos; resignificam a relação entre saúde e doença, levantando esta conexão para as relações ambientais da comunidade. O acolhimento de uma ciência popular mantida principalmente pelas mulheres, que subverte a lógica mercantilista da medicina convencional, vem sendo considerado, sob vários aspectos, uma espécie de resistência à homogeneização do conhecimento e da cura (OLIVEIRA, 1985).

A “formação coletiva”, também surgiu como eixo temático, onde percebemos a riqueza de possibilidades que o estudo em roda e a metodologia de investigação temática de Paulo Freire (1987) nos proporcionaram, onde o resgate da palavra das mulheres de um mundo de silenciamentos foi um ponto fundamental. O silenciamento foi uma categoria importante para entender a escuta sensível com parte fundamental na construção de uma metodologia participativa e na elaboração de uma EABC comprometida com a transformação da realidade local. Mais do que narrativas interrompidas, os silenciamentos revelam opressões, incluindo as injustiças ambientais a que essas mulheres e suas comunidades são, sistematicamente, expostas.

Em uma experiência que parte “do comunitário para o ambiental”, o cuidado com a vida, com as crianças, com a alimentação e a saúde, aparecem como questões centrais, que deslocam a discussão ambiental para o cotidiano, para a subsistência e para a qualidade de vida; dimensões nem sempre consideradas por uma educação ambiental pragmática. A exclusão social, portanto, aparece como entrave à garantia de condições ambientais básicas. Nesse sentido, a inclusão das injustiças sociais como parte das discussões ambientais, trazida pelas mulheres, contempla as perspectivas da EABC na busca por transformações das relações sociais, ambientais, culturais e políticas que perpetuam tais injustiças (SARRIA et. al., 2018). Dessa forma, as educadoras e as mulheres das classes populares, aparecem como intermediárias e protagonistas desse diálogo.

Conclusões

O fato das mulheres das classes populares compartilharem histórias de invisibilização e violência, que refletem as estruturas patriarcais e racistas das sociedades capitalistas, faz com que suas estratégias de ação, em diferentes territórios, estejam em constante diálogo. Seus temas se entrelaçam àqueles trazidos pelos movimentos de mulheres e pelos ecofeminismos, porque deslocam as discussões ambientais para a centralidade da vida: cuidado das crianças, dos excluídos, do alimento, da saúde, da natureza violada. A experiência das educadoras com/na comunidade, em diálogo com a pesquisa, possibilitou o desenvolvimento de dinâmicas de autorreflexão sobre seu papel como agentes que constituem e transformam seu território. Em diálogo com a EABC, elas evidenciam a importância de uma educação ambiental territorializada. Nesse percurso, a metodologia de Pesquisa Ação Pedagógica, surge como possibilidade de convergência entre pesquisa engajada, formação e elaboração de estratégias pedagógicas territorializadas.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; Bezerra, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de

Janeiro: Garamond, 2009.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación - Acción Participativa). **Peripecias**, 2011. Disponível em: <http://www.peripecias.com/mundo/598FalsBordaOrigenesRetosIAP.html>. Acesso em: 26/11/2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1987.

FREITAS, R. C. M. A. Construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3. p. 889-899, 2010.

GONZALEZ, L. Mulher Negra. In. LARKIN, E. N.(org.) **Guerreiras de natureza. Mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, p. 29- 7, 2008.

MARTÍNEZ ALIER, J.; VENTOSA, I. P.; OMEDES, A. M. O. (Ed.). **Ecofeminismos y ecologías políticas feministas**. Icaria: Catalunya, 2017.

MERLINSK, G. Los movimientos de justiça ambiental y la defensa de lo común em América Latina. Cinco tesis em elaboración. In: ALIMONDA, H., PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. (coord.). **Ecología Política Latino-americana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistêmica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 241- 264, 2017.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

NASCIMENTO, E. L. Lições das vozes silenciadas: mulher, cultura afro- brasileira e desenvolvimento sustentável. In: NASCIMENTO, E. L. (org.) **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e meio ambiente**. São Paulo: Selo Negro, p. 145- 152, 2008.

OLIVEIRA, E. **O que é medicina popular?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PEREYRA, B. Gênero, pobreza y poder: la participacion de las mujeres em âmbito comunitário. In: PENA, N.; PEREYRA, B.; SORIA, V. (orgs.). **Desarrollo y derechos de las mujeres**. Buenos Aires: Fundação CICCUS, p. 33- 43, 2013.

SARRIA, J. A. V.; PELACANI, B.; ESPINOSA, G. M. F.; CAMARGO, D. R.; SÁNCHEZ, C. La Educación Ambiental Comunitária: Reflexiones, problemáticas y retos. In: KASSIADOU, A.; SÁNCHEZ, C.; CAMARGO, D. R.; STORTTI, M. A.; COSTA, R. N. (orgs.). **Educación Ambiental desde el Sur**. Macaé: Editora NUPEM, p. 50- 74, 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento iberoamericano**. p. 169-183, 2012.

SILVA, C. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho In: ARANTES, R.; GUEDES, V. (orgs.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, p. 61- 76, 2010.

SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127-131, 2015. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/feminismos-del-sur-y-ecofeminismo/>, 4.12.16. Acesso:13/04/2019.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Estratégia Internacional para Redução de Desastres, 2012. O desastre sob o enfoque de novas**

lentes: para cada efeito, uma causa. São Paulo: CARE Brasil. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/o-desastre-sob-o-enfoque-de-novas-lentes1.pdf> Acesso em: 25/01/2020.